

Agência Leia – 23/06/2009

Consumidor de energia paga conta de R\$ 800 milhões

Rio, 23 de junho de 2009 O consumidor brasileiro de energia elétrica vai pagar uma conta de R\$ 800 milhões este ano pelo acionamento desnecessário de usinas térmicas. No ano passado, os consumidores tiveram que desembolsar R\$ 2,3 bilhões pelo acionamento das térmicas. A conclusão faz parte de estudo

elaborado pelo **Instituto Acende Brasil**, uma entidade privada, que tem por objetivo analisar o sistema elétrico nacional.

Segundo o estudo, não haveria necessidade de as térmicas, em sua maioria da Petrobras, serem acionadas, pois os reservatórios das hidrelétricas estão cheios desde o ano passado. A geração térmica é mais cara que a hídrica, por isso, o seu acionamento é secundário e só é feito quando os reservatórios das hidrelétricas estão em um nível baixo, chegando a comprometer a capacidade de fornecimento de energia ao País.

"Quem se beneficia? É preciso seguir o dinheiro", afirmou **Claudio Sales**, presidente do instituto, sem comprometer-se com acusações.

Pelas contas do **Acende Brasil**, o custo do acionamento indevido das térmicas para o consumidor final foi de R\$ 5,7 mil por megawatt hora para evitar o custo de um racionamento de R\$ 2,5 mil por megawatts por hora. A conclusão de **Sales** é que o Encargo de Serviços de Sistema (ESS), usado para evitar o suposto racionamento, não se justifica. Ele cobra por parte do Ministério de Minas e

Energia uma justificativa pública para o acionamento das térmicas em um período em que o risco de ocorrer um "apagão" é praticamente nulo.

A decisão de acionar as térmicas é do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, coordenado pelo ministério, que assumiu esse papel no ano passado, em substituição ao Operador Nacional do Sistema (ONS). Desde 2008, o comitê passou a ter o direito de resolver questões consideradas emergenciais.

"É fundamental intensificar e aprimorar a transparência das decisões operativas do sistema, decisões passadas e futuras, a partir de simulações que explicitem tanto os benefícios para a segurança do abastecimento quanto os custos adicionais desta política energética governamental", disse **Sales**.

Fernanda Nunes / Agência Leia